

Educação de surdos: glossários de sinais-termo em Libras e a formação de professores bilíngues

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.8202>

Erliandro Felix Silva¹, Andréa Poletto Sonza², Luiz Renato Martins da Rocha³ e Paula Aparecida Diniz Gomides⁴

Resumo: O presente ensaio objetiva contextualizar algumas considerações sobre a construção de glossários de sinais-terminos em Libras para a Educação Bilíngue de Surdos. Relacionamos as categorias 'cultura', 'identidade', 'inclusão', 'acessibilidade', 'formação de professores', 'educação de surdos' e 'bilinguismo', para indicar a configuração de novas oportunidades para o (re)conhecimento linguístico e identitário da comunidade surda. Esse reconhecimento foi potencializado pela Educação Bilíngue, sobretudo, a partir da publicação da Lei nº 14.191/2021. Indicamos as contribuições de autores como: Albres e Neves (2012), Oliveira (2015), Felten (2016), D'Azevedo (2019), Friedrich (2019), dentre outros. Dialogamos sobre a seguinte questão: quais os benefícios da construção de glossários em Libras para a Educação de Surdos e a formação de professores bilíngues? Nossa hipótese é a de que a construção de glossários de termos em Libras-língua portuguesa potencializa a formação de estudantes surdos, tradutores e intérpretes de Libras e professores bilíngues. A partir dos aspectos debatidos, indicamos que as legislações que abarcam o reconhecimento da surdez, sob o ponto de vista cultural e orientam a Educação de Surdos em nosso país, têm orientado a construção de políticas linguísticas atreladas ao bilinguismo, repercutindo na formação de professores e na expansão da língua em um cenário pluricultural.

Palavras-chaves: Inclusão, glossários, Libras, educação bilíngue de surdos.

Deaf education: sign-term glossaries in Libras and the training of bilingual teachers

Abstract: This essay aims to contextualize some considerations about the construction of glossaries of sign terms in Libras for bilingual education for the deaf. We relate the categories 'culture', 'identity', 'inclusion', 'accessibility', 'teacher training', 'deaf education' and 'bilingualism', to indicate the configuration of new opportunities for linguistic (re)knowledge and identity of the deaf community. This recognition was enhanced by bilingual education, especially after the publication of Law No. 14,191/2021. We indicate the contributions of authors such as: Albres e Neves (2012), Oliveira (2015), Felten (2016), D'Azevedo (2019), Friedrich (2019), among others. We discussed the following question: what are the benefits of creating glossaries in Libras for the education of deaf people and the training of bilingual teachers? Our hypothesis is that the construction of glossaries of terms in Libras-Portuguese language enhances the training of deaf students, Libras translators and interpreters and bilingual teachers. Based on the aspects discussed, we indicate that the legislation that covers the recognition of deafness, from a cultural point of view and guides the education of deaf people in our country, has guided the construction of linguistic policies linked to bilingualism, having an impact on the training of teachers and in the expansion of the language in a pluricultural scenario.

¹ Doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). UFABC. felix.silva@ifsp.edu.br.

² Doutora em Informática na Educação (UFRGS). IFRS. andrea.sonza@ifrs.edu.br.

³ Doutor em Educação Especial (UFSCAR). UFABC. luizrenatomr@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação (UFMG). UFMG. paulagomides@ufmg.br.

Keywords: Inclusion, glossaries, Libras, bilingual education for the deaf.

Introdução

O presente ensaio teórico (Severino, 2000), provém de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (ProfEPT). As aspirações de pesquisa partem das inquietações de um pesquisador surdo que tem buscado a inserção profissional e social. Essa luta se manifesta pela utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) como a língua de expressão e comunicação da comunidade surda brasileira. Apesar do reconhecimento, há uma constante tensão entre o uso da Libras como primeira língua e o uso da língua portuguesa, na modalidade escrita, reconhecida oficialmente como a língua nacional.

A Libras é definida pela referida legislação como uma língua de modalidade visuoespacial, utilizada pelas pessoas com perda parcial ou total da audição (Brasil, 2002). A Libras possui estrutura gramatical própria, potencializando a “transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002). Essa língua é (re)conhecida pela sinalização, a partir da qual cada sinal exposto constitui significados capazes de estabelecer a comunicação entre os sujeitos. As línguas de sinais, assim como a Libras, surgem no contato com/entre a comunidade surda, permitindo a articulação de sinais, promovidos, geralmente, pelas mãos e percebidos pela visão (Quadros, 1997).

Debatemos alguns preceitos básicos que colaboram para a melhora da articulação didática que envolve o ensino de estudantes surdos. A partir do reconhecimento linguístico da Libras, alcançando o *status* de primeira língua (L1), ou língua de instrução, abordamos a importância dos glossários de sinais-terminos, visando sua expansão e defendendo a formação de professores bilíngues. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) e a Lei nº 14.191/2021 determinam a Educação Bilíngue de surdos, com a oferta da Libras como a primeira língua e da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita (Brasil, 2015, 2021). “A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida” (Brasil, 2021).

Ressaltamos a importância da Pedagogia Visual, pautada no estímulo de recursos imagéticos, visando a melhora da aprendizagem de estudantes surdos. Essa pedagogia não se constrói sem uma mediação eficiente e construção de uma relação autonomia e estímulo ao pensamento crítico dos estudantes. Autores como Gomes e Souza (2020, p.

102), enfatizam a utilização de estratégias visuais. “[...] o uso de metodologias descontextualizadas das especificidades dos alunos surdos geram dificuldades o processo de ensino e aprendizagem, não indo ao encontro às necessidades deste público, uma vez que possuem como primeira língua (L1) a Libras que é uma língua gesto-visual”.

Nossa hipótese é a de que a construção de glossários de termos em Libras-língua portuguesa potencializa a formação de estudantes surdos, tradutores e intérpretes de Libras e professores bilíngues. Os glossários permitem a expansão da Libras, enquanto língua, favorecendo a construção e a sistematização de sinais já existentes ou novos. Felten (2016) considera que os glossários bilíngues são importantes materiais para a construção da acessibilidade na Educação de Surdos. Para ele: “a proposta bilíngue em um glossário tem essencialmente duas finalidades: a compreensão de enunciados na língua de partida e a produção de enunciados na língua de destino” (Felten, 2016, p. 77).

Em face disso, apresentamos as contribuições de autores como Albres e Neves (2012), Oliveira (2015), Felten (2016), D’Azevedo (2019), Friedrich (2019), dentre outros, quais os benefícios da construção de glossários em Libras para a Educação de Surdos e a formação de professores bilíngues? O texto encontra-se organizado da seguinte maneira: inicialmente, tecemos algumas considerações sobre as metodologias utilizadas na prática pedagógica com pessoas surdas, sob o enfoque cultural. Em seguida, abordamos algumas contribuições de trabalhos que ressaltam a importância dos glossários de sinais-termos para a expansão linguística da Libras. Posteriormente, delineamos alguns pressupostos que marcam a utilização dos glossários na formação de professores bilíngues. Por fim, oferecemos algumas considerações sobre esse percurso reflexivo.

Surdez e Educação de Surdos sob o enfoque cultural

O Decreto nº 5.626/2005 entende como pessoa surda “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Brasil, 2005). A medida regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como a língua da comunidade surda brasileira. A legislação supracitada determina que a Libras integre a formação de docentes nos cursos de licenciatura, para que esses estejam aptos a oferecer uma educação de qualidade para os estudantes surdos.

De acordo com Teixeira e Baalbaki (2015), entender que a pessoa surda se utiliza de uma língua com a modalidade visuoespacial é reconhecer a visualidade como essencial para a construção comunicativa. A modalidade linguística utilizada impacta a maneira

como as pessoas surdas são interpretadas pela sociedade, refletindo na oferta educacional à esse público:

[...] as línguas de sinais são de modalidade espaço-visual, o que significa dizer que apresentam, entre outros aspectos linguísticos, simultaneidade na realização de categorias linguísticas. Além disso, realizam-se no espaço com articuladores visuais: as mãos, o corpo, os movimentos e o lugar de sinalização. Especificamente, a Libras produz narrativas e diálogos constituídos de coordenações de sentenças, cuja estrutura interna é predominantemente. Também são utilizadas marcas não manuais, como expressões fisionômicas e movimentos do corpo, em sincronia com o movimento manual (Teixeira; Baalbaki, 2015, p. 26).

Em diálogo com o fragmento acima, para além de uma questão legislativa de compreensão da surdez, consideramos o enfoque cultural da surdez, que se contrapõe à visão clínico-terapêutica. A visão clínico-terapêutica entende a surdez como uma deficiência e os surdos como aqueles sobre os quais falta algo: a audição. Assim, técnicas ‘reparatórias’ seriam necessárias para que os surdos se equiparassem aos ouvintes, com tratamentos que buscam a adoção de aparelhos auditivos, fonoaudiologia para o desenvolvimento do aparelho fonador e imposição do ensino de Português como primeira língua. Esse último aspecto apresenta-se porque a maioria dos surdos nascem em famílias compostas por ouvintes. Nessas famílias, o estímulo à leitura labial, visando uma integração do surdo ao ‘mundo ouvinte’, é primordial para que ocorra o desenvolvimento desses sujeitos (Quadros, 1997).

Ao contrário da visão clínico-terapêutica, a visão socioantropológica da surdez entende como uma diferença que se estabelece principalmente pelo uso de uma língua de sinais, uma língua viso-gestual. Essa língua prima pelo estímulo da visualidade, já as pessoas surdas apreendem o mundo por meio de experiências visuais. O ensino da Libras como sua primeira língua, e presença desta em diferentes espaços sociais⁵, constituem fatores fundantes na construção da identidade surda e no desenvolvimento do sujeito surdo. A legislação vigente em nosso país estimula a visão socioantropológica, já que reconhece a importância da visualidade, cultura e identidade surda (Brasil, 2005).

Apesar dos avanços empreendidos pelo aporte legislativo nacional, a visão clínico-terapêutica ainda está presente quando o tema é a Educação de Surdos. A educação oferecida a esses sujeitos ainda encontra-se voltada para a ouvintização, tendo em vista o paradigma da deficiência, culminando em um processo denominado por

⁵ Pela proficiência de professores na língua para uma mediação mais direta ou pela presença de tradutores e intérpretes em diferentes espaços, como instituições de atendimentos públicos, bancos e/ou hospitais, por exemplo.

Ribeiro (2021) como ‘ouvintismo estrutural’. Essa é indicada como “uma corrente de pensamento de acordo com a qual se estrutura socioculturalmente o mundo a partir da matriz ouvinte, gerando, portanto, exclusão, negação e invisibilidade das pessoas surdas e suas produções” (Ribeiro, 2021, s/p). Essa predominância da oralização e ouvintismo na Educação de Surdos, dificulta a aprendizagem da Libras, atrasando o desenvolvimento linguístico e resultando no abandono escolar.

Silva (2018) explica sobre a necessidade de uma fluidez entre as línguas, com a abordagem de suas diferenças e a exploração de sinais e palavras desconhecidas em ambas as línguas, em um esforço de busca da autonomia do estudante surdo em seu processo de ensino e aprendizagem. Por sua vez, Rodrigues (2018) reforça as evidências encontradas por Silva (2018) e acrescenta que deve ser criada uma competência comunicativa compartilhada entre os estudantes das turmas consideradas mistas (compostas por surdos e ouvintes) ou bilíngues.

A comunicação não deve se restringir ao uso do Português, com a valorização das interações entre surdos e ouvintes e a utilização da Libras no ambiente educativo. Em suas palavras, “Vimos que as características do grupo, junto aos padrões de interação do mesmo, podem favorecer ou privar o acesso dos surdos à educação” (Rodrigues, 2018, p. 103). Nesse caso, a construção de glossários em Libras e a atuação de professores bilíngues é fundamental.

As preocupações com a Educação de Surdos vêm se desenvolvendo ao longo dos tempos, desde o reconhecimento da Libras como língua de comunicação e expressão da comunidade surda em 2002. As legislações buscam a inclusão dessas pessoas em diferentes âmbitos da sociedade. Com a LBI (Brasil, 2015), o ensino de surdos passou a ser reconhecido por meio da modalidade bilíngue. Essa medida foi incorporada, mais tarde, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 2021). Contudo, muitos ainda são os debates sobre a melhor maneira de estabelecer esse ensino, principalmente, quando a inclusão da pessoa surda é problematizada, sobretudo em classes de predominância ouvinte.

Quando comparamos a população brasileira com o quantitativo que se identifica como surdo, a taxa de escolarização dessas pessoas é mais baixa em todos os níveis educacionais (Fundamental, Médio e Superior). Por sua vez, há 32% de brasileiros surdos sem instrução, em comparação aos 8% nessa mesma categoria, correspondentes aos brasileiros ouvintes (Instituto Locomotiva, 2019). Quadros (1997) explica que a falta de políticas para a inclusão das pessoas surdas, sobretudo na Educação Básica, leva ao

abandono escolar, ou mesmo às dificuldades de apropriação de um sistema linguístico, seja na Libras ou na língua portuguesa. Cerca de 95% das pessoas surdas nascem em famílias compostas por ouvintes. Esse fato repercute na imposição de processos educacionais e na ideia de que a criança surda não é capaz de se apropriar de um sistema linguístico (Quadros, 1997).

A pesquisa de Silva (2018) explica que a inclusão, em muitos casos, não é realizada de uma forma que valorize a Libras no contexto educacional, marginalizando-a a partir de um ensino prioritariamente estabelecido em língua portuguesa. Em geral, os surdos adentram no espaço escolar sem um repertório linguístico ainda formado, o que dificulta sua interação com os intérpretes de Libras, obrigatórios na mediação entre os conhecimentos e a interação dos surdos em salas de aula. O ideal é que haja a presença de professores bilíngues, falantes de Libras e língua, aptos à mediação dos conhecimentos, com a valorização do repertório visual, constituído pela pessoa surda (Silva, 2018).

É de suma importância que a sociedade compreenda que a comunidade surda é distinta da comunidade ouvinte na sociedade. A categoria identidade é fundamental para que possamos nos reconhecer enquanto humanos e é entendida em nossa subjetividade mais profunda, conforme expressa Hall (2000, p. 92) no fragmento a seguir:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.

Não é possível falar de uma cultura ou de uma identidade fixa, mas sim móvel, mutável. A cultura perpassa o que podemos entender como nossa significação em um aspecto social e em relação aos fatores cognitivos, inerentes à significação da realidade. A cultura nos constitui, enquanto humanos, tendo em vista o compartilhamento de valores, saberes e significados (Hall, 2000). Em face do que expressa Hall (2000), entendemos que o que chamamos de ‘cultura surda’, na verdade, pode ser entendido como um fenômeno plural, capaz de abranger culturas múltiplas. Apesar de abordarmos, em muitos casos, a cultura surda, no singular, é importante destacar que a pessoa surda é constituída por diferentes influências, o que lhe permite transitar entre diferentes culturas.

Sobre este aspecto, no âmbito educativo a cultura da criança surda deve ser preservada e respeitada, já que:

Deve-se atentar, também, para as culturas nas quais a criança está inserida. A comunidade surda apresenta uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada. Ao mesmo tempo, a comunidade ouvinte tem sua cultura. Por isso, uma proposta puramente bilíngue não é viável. Uma proposta educacional, além de ser bilíngue, deve ser bicultural para permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e para fazer com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda. Isso somente será possível quando os educadores e surdos trabalharem juntos (Quadros, 1997, p. 28).

Em resumo, a Educação de Surdos deve se instalar em uma esfera de significação que respeite a cultura e a identidade das pessoas surdas, tendo em vista suas especificidades, sobretudo linguísticas. Parte-se do pressuposto de que devemos pensar em uma *Pedagogia Bilíngue*, pautada na visualidade. Essa pedagogia se constrói com um projeto político de inclusão, pautado na utilização de sua língua, com liberdade e respeito (Skliar, 1999). Esse aspecto é aprofundado na seção seguinte, que trata da presença dos glossários na formação de professores bilíngues, estabelecendo algumas considerações sobre os glossários para a expansão da Libras enquanto língua da comunidade surda.

Glossários de sinais-termos e a expansão linguística da Libras

Delineamos algumas considerações sobre pesquisas que têm contribuído para o entendimento da importância dos glossários para a Educação de Surdos e a expansão da Libras. Oliveira (2015) destaca que a construção de glossários está diretamente relacionada à expansão terminológica da língua, propiciando o alcance de novos conhecimentos sobre e para os surdos. Entendida como uma língua minoritária, a Libras tem se expandido gradualmente com as pesquisas desenvolvidas nos últimos anos.

D'Azevedo (2019) elaborou um glossário bilíngue pautado em conteúdos matemáticos. Para ele, os glossários vêm alcançando uma importância ímpar em nosso país, tendo em vista que i) a Libras vem alcançando maior validação social na construção de uma política linguística que a inclua cada vez mais em diferentes espaços; ii) a comunidade surda vêm encontrando diversas lacunas que envolvem a necessidade de maior especificação lexical e terminológica para a produção dos discursos na língua. Esse fator encontra coró no aumento de surdos no Ensino Superior e conseqüente necessidade de construção de materiais especializados para o atendimento a esses estudantes; iii) aumento do número das pesquisas voltadas à investigações relativas à Linguística, envolvendo a Lexicologia e Terminologia. Neste caso, assim como temos diferentes

materiais construídos para a especificação das línguas orais-auditivas, cabe a construção de materiais semelhantes para as línguas visuoespaciais.

No caso dos glossários:

[...] apesar do aumento dessas obras em Libras, ainda é necessário mais pesquisas que foquem na terminologia das áreas de especialidade, sobretudo aquelas relacionadas às disciplinas escolares. Muitos sinais são usados informalmente dentro das escolas, sem existência de registro e sem processos formais de criação e validação. Ademais, ainda carece de obras termográficas informatizadas a fim de difundir esta terminologia de maneira rápida e de fácil acesso. Como solução a esta problemática é preciso ampliar a educação lexicográfica em Língua de Sinais (D’Azevedo, 2019, p. 2).

D’Azevedo (2019) salienta que a construção dos glossários impacta o empoderamento da comunidade surda, sobretudo com a atuação de pesquisadores surdos na esteira de projetos desse tipo. Felten (2016) concorda com esse entendimento ao atuar na construção de um glossário voltado ao ensino de História do Brasil, pautado na sistematização dos sinais existentes e largamente utilizados na tratativa da disciplina, bem como, a criação de novos sinais que melhor expressam determinados termos, sem a devida constituição. Os glossários são importantes meios de aporte para materiais didáticos voltados à Educação de Surdos, resultando nos processos de inclusão e modernização das ferramentas educacionais disponíveis.

Felten (2016, p. 29) explica que não se trata de realizar a tradução de termos da língua portuguesa diretamente para a Libras, mas, sim, da realização de “[...] estudos lexicais, empreendidos na área da linguagem da Libras, [que] cooper[em] para a ampliação do léxico e contribuem para a acessibilidade com o objetivo de suprir a carência dos surdos em diferentes contextos”. Ainda há muitos sinais cujas palavras em língua portuguesa não possuem correspondentes em Libras. Apesar de não se tratar de uma tradução direta, esse fato pode dificultar o trabalho de professores e intérpretes de Libras, implicando nas dificuldades para a assimilação dos conteúdos ministrados.

Alfaia (2019) apresenta um importante exemplo sobre isso ao explicar que os sinais na área de economia, por exemplo, são expressos aos estudantes surdos com uma significação diferente. Sinais indicativos de expressões como ‘bolsa de valores’ são, comumente, traduzidos como ‘bolsa de dinheiro’, algo que não contempla integralmente o sentido do primeiro termo para a economia. Por essa razão, tais sinais devem ser (re)vistos e devidamente adaptados para as situações de uso das respectivas áreas.

O material criado por Alfaia (2019) segue a seguinte ordenação: i) apresentação do termo em Português; ii) apresentação do sinal, interpretado em Libras, em vídeo; e iii) breve definição acerca do sinal-termo apresentado. A construção do glossário e a análise

da recepção deste pela Comunidade Surda tem como principal premissa que esta entende a produção do material como um instrumento importante para a valorização e difusão da Libras.

Ao construir um glossário de sinais-termo para a área de Administração, Friedrich (2019) ressalta que, em geral, quando há palavras cujos termos são desconhecidos, os intérpretes lançam mão da datilologia, o que não proporciona, de uma forma eficiente, a apreensão dos conteúdos estudados. O produto construído por Friedrich (2019) resultou em um glossário com 102 sinais-termo, com 25 palavras, disponibilizado por meio de *QR Code* e também na plataforma *Youtube*. A pesquisa ressalta que é necessário o levantamento de termos usuais da área para a criação dos sinais. Além disso, é importante o debate com os sinalizantes, visando o acesso aos aportes visuais para o desenvolvimento da língua. O material criado deve ainda ser validado pela comunidade surda e profissionais que atuam na área da surdez, buscando seu constante aprimoramento.

Conforme explica Friedrich (2019, p. 43):

O Glossário de LIBRAS (sic) é desenvolvido para analisar os termos e palavras, combinando-os com os respectivos sinais como, por exemplo, os estudos de sinais abstratos e icônicos da LIBRAS (sic). Antigamente, os surdos sinalizavam e não registravam os sinais, o que muito se perdeu em questões de léxico. Sendo assim, os glossários de libras (sic) podem ajudar a diminuir essa carência de sinais, aliando-se a tecnologia que pode contribuir para que seja possível acessá-los mais rapidamente. Outro papel importante da tecnologia é que um glossário em formato digital possibilita movimentos e expressões faciais, diferentemente de um glossário impresso.

A pesquisa de Friedrich (2019) pautou-se na busca por sinais largamente utilizados na área, demandados durante as aulas no curso. Além disso, a pesquisa reforça a ampla socialização de materiais desse tipo aos seus principais usuários (estudantes surdos, tradutores e intérpretes e profissionais da área). “É preciso lembrar que essa validação dos sinais-termo é ponto importante e fundamental para que os sinais-termo sejam legitimados” (Friedrich, 2019, p. 100).

Há diferentes jeitos de se constituir tais glossários, alguns utilizam de imagens impressas, avatares, outros que gravam e colocam no *Youtube* e, ainda, os que preferem criar páginas, blogs e afins, para colocar a produção de tais na *Web*. Em geral, os Mestrados Profissionais têm contribuído na produção e socialização de glossários de sinais-termo em suas próprias páginas, nos sites das instituições de ensino. A baixa sistematização linguística em sinais, em determinadas áreas resulta em dificuldades, reforçando a construção dos glossários em todas as áreas do conhecimento.

A próxima seção amplia nosso debate apresentando considerações sobre os glossários na formação de professores bilíngues.

Glossários na formação de professores bilíngues (Libras-língua portuguesa)

Na busca por desenvolver algumas considerações sobre a formação de professores bilíngues e a construção de glossários de sinais-termos em Libras-língua portuguesa, recorreremos a pesquisas que debatem a formação de professores, mais especificamente professores bilíngues que atuam com estudantes surdos.

Ao abordar as necessidades contemporâneas para a formação de professores, Saviani (2009) indica a importância da sensibilização da formação docente na Educação Especial, tendo em vista as necessárias alterações nos currículos que contemplem a diversidade e as necessidades individuais de cada estudante. Vivenciamos a sociedade do conhecimento, contudo, ter à disposição um número maior de informações, *per si*, não significa que teremos melhores condições de formar e sermos formados de forma crítica e reflexiva (Saviani, 2009).

A formação de professores envolve um sem número de desafios como as condições estruturais e materiais, a partir das quais os docentes vão desenvolver seu trabalho, passando pela valorização da profissão, estímulo à formação continuada e a redução da carga horária de trabalho (Saviani, 2009). Mais especificamente tratando-se da Educação de Surdos, Louzada, Martins e Giroto (2017) expressam que a inclusão da disciplina de Libras nas licenciaturas contribui para a difusão e o ensino da Educação Bilíngue de Surdos. Mas, é preciso que esse fenômeno seja analisado com atenção. Em geral, esses cursos são estruturados com uma carga horária reduzida o que, apesar de auxiliar na sensibilização sobre as necessidades formativas dos estudantes surdos, não significa a construção de um espaço educativo proficiente em Libras.

Cabe a adequação dos ambientes educacionais às propostas de formação e à realidade nacional. O sistema educativo deve implementar, realmente, as políticas vigentes que garantam o acesso e a expressão comunicativa dos estudantes surdos em sua L1. O direito linguístico deve ser uma constante cobrada não apenas no caso da comunidade surda, mas em todos os grupos sociais marcados pela marginalização de sua língua, incorrendo na exclusão. Essa é a defesa de Louzada, Martins e Giroto (2017, p. 882), que ressaltam que:

[...] a ausência de políticas linguísticas que garantam a legitimidade da luta no reconhecimento da língua de sinais na comunidade surda, o que ocasiona impactos sociais irreparáveis, dentre os quais se destaca o fracasso educacional

de uma geração de estudantes surdos, que caminha para a reparação histórica por meio das recentes conquistas legislativas e políticas em favor do respeito à língua dos surdos, ainda que dependam da cobrança permanente e da defesa dos direitos dos surdos, inclusive por meios judiciais.

Também nesses espaços a comunidade surda deve estar presente, com a expansão do acesso e inclusão de professores surdos na Educação Básica e Superior. Não se pode falar nesses elementos sem considerar as contribuições da Pedagogia Visual que se desenvolve a partir de processos educativos que “[...] t[ê]m no signo visual seu maior aliado no processo de ensinar e aprender” (Campello, 2008, p. 131). Tal pedagogia prima pela adoção de recursos visuais na consolidação de significações comunitárias e culturais, como uma forma de distinguir a comunidade surda da comunidade ouvinte, tornando-a parte do processo educativo. Por meio de estratégias de ensino e aprendizagem voltadas ao estímulo visual, é possível a construção de um processo educativo significativo (Skliar, 1999).

Conforme Campello (2008) tem debatido, a Pedagogia Visual ainda apresenta baixo destaque na aquisição linguística de estudantes surdos. Esse campo de estudos desafia o ensino tradicional, reorientando as práticas pedagógicas e a formação de professores. Estamos diante de um momento no qual cabe pensar novas e inclusivas maneiras de tornar o espaço escolar mais democrático. Assim, a pedagogia visual “[...] exige, sobretudo, o uso da imagem, captando em todas as suas essências que nos rodeiam” (Campello, 2008, p. 133). Com a partir da utilização de recursos visuais como a escrita em sinais, jogos educativos, contação de histórias, engajamento na cultura artística, uso da criatividade plástica e tecnologia, a Pedagogia Visual torna significativas as abordagens voltadas aos estudantes surdos, apresentando concepções de mundo subjetivas e pautadas nas realidades por eles vivenciadas (Campello, 2008).

A Pedagogia Visual, segundo Campello (2008), não beneficia apenas os estudantes surdos, mas também professores, docentes, pesquisadores e alunos ouvintes. Essa indicação é reforçada pelo estudo de Albres e Neves (2012), que abordaram o uso de glossários como potenciais recursos visuais. Esses são considerados como materiais didáticos diretamente produzidos para o ensino bilíngue, capazes de mediar, de forma satisfatória, as aprendizagens construídas. “A comunidade surda tem lutado por uma educação bilíngue em escolas bilíngues para surdos, o que requer formação de professores bilíngues e da mesma forma, produção de material didático bilíngue” (Albres; Neves, 2012, p. 2). Contudo, a produção de materiais didáticos bilíngues requer a reorganização das práticas pedagógicas, formação de tradutores e intérpretes de Libras e de professores

bilíngues aptos a estabelecerem a mediação entre os materiais utilizados e os conhecimentos construídos.

Ao pautar a formação de professores bilíngues, Leite (2016) mostra que a categoria ‘fluência’ constitui um elemento que não se pode pleitear a partir de uma formação rasa e superficial. A carga horária da disciplina de Libras nas licenciaturas é considerada como ineficiente para o desenvolvimento do uso espontâneo e fluido da língua pelos futuros professores. Uma das possibilidades de se promover a formação de professores bilíngues, “[...] ser-nos-ia benéfico contar com cursos de especializações para a curto prazo preencher as lacunas de nossa formação, bem como, a longo prazo, é necessário a criação de cursos de graduação em pedagogia bilíngue” (Leite, 2016, p. 103).

Essa debilidade deveria ser suprida a partir de uma (re)organização dos currículos nas licenciaturas, com ênfase direta à Educação Especial, com a valorização das línguas de minorias. A carga horária insuficiente na formação inicial deveria ser ampliada e continuada em processos de formação desenvolvidos, em título de formação continuada. Além disso, as metodologias de ensino devem acompanhar a evolução social de nosso tempo, com a adoção de práticas pedagógicas centradas no aluno, primando por sua realidade e necessidades individuais (Leite, 2016).

A partir dos desafios comentados neste ensaio, em relação à produção de glossários de sinais-termos em Libras-língua portuguesa, ressaltamos a adoção de novas investigações centradas nessa problemática. As bibliografias levantadas favoreceram a explicitação de algumas premissas para nossa questão de pesquisa, indicada na seção introdutória. O quadro 1 explicita os principais benefícios na construção e devida utilização desses materiais:

Quadro 1 - Benefícios da construção de glossários em Libras para a Educação de Surdos e a formação de professores bilíngues de surdos

Benefício	Definição
Expansão linguística da Libras, com seu reconhecimento e difusão	A expansão da Libras envolve o reconhecimento legal e social da língua como um idioma legítimo e a sua difusão em diferentes instituições educacionais. O reconhecimento da Libras como língua oficial no Brasil, por meio da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, foi um marco importante para a sua expansão (Brasil, 2002; 2005). Não basta a inclusão de intérpretes e tradutores de Libras. As premissas para uma Educação Bilíngue de qualidade primam pela presença da língua em todos os espaços educacionais de forma livre por todos: alunos, direção, professores e demais funcionários (Skliar, 1999; Brasil, 2021).

Aumento do vocabulário em diferentes áreas do conhecimento, facilitando a comunicação sinalizada	A construção de glossários em Libras contribui para o aumento do vocabulário da língua nas mais diversas áreas do conhecimento. Esses glossários incluem termos específicos utilizados em disciplinas como matemática, ciências, história, entre outras. Com um vocabulário mais amplo, os estudantes surdos podem se comunicar de forma mais precisa e eficaz em contextos acadêmicos, o que favorece a compreensão dos conteúdos abordados nas aulas e o desenvolvimento do pensamento crítico (Feltren, 2016; Alfaia, 2019).
Melhora da aprendizagem, gerando maior compreensão dos conteúdos estudados e engajamento com os processos formativos	A disponibilidade de glossários em Libras contribui para a melhora da aprendizagem dos estudantes surdos ao promover uma melhor compreensão dos conteúdos estudados. Com acesso a uma linguagem visual e gestual, os estudantes podem desfrutar de uma maior clareza e conexão com os materiais de estudo, o que resulta em um engajamento mais significativo com os processos formativos. A comunicação facilitada também permite que os surdos participem ativamente das discussões em sala de aula e desenvolvam habilidades de análise e síntese (Campello, 2008; Oliveira, 2015; Gomes; Souza, 2020).
Promoção da inclusão, com a criação de acesso igualitário a diferentes sujeitos sociais	Ao disponibilizar glossários em Libras, promove-se a inclusão de diferentes sujeitos sociais, especialmente os surdos, garantindo a eles o acesso igualitário à educação e aos conhecimentos produzidos. Isso rompe com barreiras comunicativas e garante que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. A inclusão propiciada pela disponibilização de glossários em Libras contribui para o fortalecimento da igualdade de direitos e a valorização da diversidade (Oliveira, 2015; Alfaia, 2019; Friedrich, 2019).
Fortalecimento da Educação Bilíngue, envolvendo docentes e estudantes em práticas educativas mais inclusivas e eficazes	A construção de glossários em Libras fortalece a implementação da Educação Bilíngue, envolvendo tanto docentes quanto estudantes em práticas educativas mais inclusivas e eficazes. Ao fornecer ferramentas linguísticas acessíveis e adequadas às necessidades dos estudantes surdos, os professores podem criar ambientes de aprendizado mais inclusivos e adequados às diferentes formas de comunicação. Isso promove o respeito à cultura surda, a valorização da identidade linguística dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades linguístico-comunicativas mais sólidas tanto em Libras quanto em português (Quadros, 1997; Rodrigues, 2018; Silva, 2018).

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Conforme indicado no quadro 1, os benefícios da construção dos glossários no ensino de estudantes surdos são i) a expansão linguística da Libras, com seu reconhecimento e difusão; ii) o aumento do vocabulário em diferentes áreas do conhecimento, facilitando a comunicação sinalizada; iii) a melhora da aprendizagem, gerando maior compreensão dos conteúdos estudados e engajamento com os processos formativos; iv) a promoção da inclusão, com a criação um acesso igualitário a diferentes sujeitos sociais; e v) o fortalecimento da Educação Bilíngue, envolvendo docentes e estudantes em práticas educativas mais inclusivas e eficazes. Ressaltamos o compromisso

com a inclusão e emancipação, promovidas pelo acesso educacional pautado na diversidade. Encaminhamos melhor esse entendimento na seção seguinte.

Considerações

Finais

Conforme debatemos ao longo deste ensaio, a construção de glossários potencializa a expansão da Libras, impactando o reconhecimento da surdez sob o enfoque cultural e favorecendo as políticas para a inclusão de surdos em todos os níveis de ensino. A Libras foi reconhecida como a língua da comunidade surda no início dos anos 2000, e, desde então, diversas outras políticas seguiram, favorecendo a Pedagogia Visual e a Educação Bilíngue de Surdos. O enfoque dessas políticas reconhece a Libras como a L1 da comunidade surda, como tal, essa deve ser ensinada nas escolas a esses estudantes. Contudo, o que vemos é a predominância da língua portuguesa, imposta como L1, juntamente à oralização, incorrendo no ouvintismo.

Retomamos as premissas que nortearam as considerações promovidas neste texto. Conforme apresentado na seção introdutória, indicamos como questão de pesquisa: quais os benefícios da construção de glossários em Libras para a Educação de Surdos e a formação de professores bilíngues de surdos?

Acreditamos que os benefícios na construção e devida utilização desses materiais em sala de aula são inúmeros, dentre os quais destacamos: i) expansão linguística da Libras, com seu reconhecimento e difusão; ii) aumento do vocabulário em diferentes áreas do conhecimento, facilitando a comunicação sinalizada; iii) melhora da aprendizagem, gerando maior compreensão dos conteúdos estudados e engajamento com os processos formativos; iv) promoção da inclusão, com a criação um acesso igualitário a diferentes sujeitos sociais; e v) fortalecimento da Educação Bilíngue, envolvendo docentes e estudantes em práticas educativas mais inclusivas e eficazes.

Para a construção de nossa defesa, na direção da construção e utilização dos glossários, é preciso inicialmente levantar as dificuldades em se constituir uma formação para professores bilíngues de surdos. Apesar de figurar na legislação como essencial nas licenciaturas, a disciplina de Libras, em geral, não é capaz de coadunar com a devida instrumentalização dos docentes quanto à Educação Bilíngue. Em função disso, a formação continuada é essencial. Contudo, essa formação não ocorre sem investimentos públicos, criação de materiais, revisão das metodologias de ensino e aprendizagem e legítimo engajamento social na questão. Nessa esteira, a Pedagogia Visual é um

diferencial já que reconhece a importância de recursos que dialogam com a forma como os estudantes surdos experienciam as diferentes oportunidades de interação humana.

A criação e a utilização dos glossários devem levar em conta a Pedagogia Visual como um recurso indispensável no levantamento, na construção e na disposição dos recursos mobilizados, figurando como um rompimento com a educação tradicional. Esses glossários favorecem a adoção de novas metodologias na mediação dos conhecimentos, enriquecendo a formação recebida pelos estudantes surdos, com a presença de termos, representados pelos sinais, úteis à sua atuação profissional. A Libras é uma língua viva e acompanha as necessidades sociais e culturais da comunidade surda. Sua criação contribui para o rompimento de paradigmas envolvidos na busca pela legítima inclusão da pessoa surda no espaço escolar.

Pesquisas futuras podem render bons frutos ao estimular a manipulação desses glossários, processos de construção destes *in loco*, debater os processos de validação dos materiais pela comunidade surda e discutir os aspectos linguísticos presentes nesses processos.

Referências

ALBRES, N. de A.; NEVES, S. L. G. A construção de Glossário Libras – Português como Instrumento Didático - Pedagógico para Formação de Professor Bilíngue. Revista Virtual de **Cultura Surda e Diversidade**, v.1, n. 10, p. 1-16, 2012. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/3_artigo_albres_e_glossario_libras_portugues.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

ALFAIA, A. C. **O tradutor intérprete de Libras/Português (TILSP) como pesquisador orgânico da terminologia:** proposta de glossário de sinais-termo da economia. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 149. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art1. Acesso em: 22 fev. 2022.

CAMPELLO, A. R. S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

D'AZEVEDO, R. P. Elaboração de glossário bilíngue Libras – Português dos termos da matemática: análise de obras terminográficas em 4 línguas de sinais disponíveis em plataformas online. **The ESpecialist**, [S. l.], v. 40, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42516>. Acesso em: 5 dec. 2022.

FELTEN, E. F. **Glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da história do Brasil**. 2016. 167 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FRIEDRICH, M. A. **Glossário em Libras: uma Proposta de Terminologia Pedagógica (Português-Libras) no Curso de Administração da UFPel**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 263. 2019.

GOMES, E. M. L. da; SOUZA, F. F. da. Pedagogia Visual na educação de surdos: análise dos recursos visuais inseridos em um LDA. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 99–120, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/49323>. Acesso em: 27 jan. 2024.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 112.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **TV BRASIL: Apenas 37% dos brasileiros com deficiência auditiva estão empregados**. 2019. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/tv-brasil-apenas-37-dos-brasileiros-com-deficiencia-auditiva-estao-empregados/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

LEITE, M. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais. A pedagogia numa perspectiva bilíngue. **Libras e suas interfaces: Formação de professores** v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3899>. Acesso em: 04 dez. 2022.

LOUZADA, J. C. de A.; MARTINS, S. E. S. de O.; GIROTO, C. R. M. A disciplina Libras na formação de professores: desafios para a formulação de espaços educacionais bilíngues. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 864-886, 2017. Disponível

em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89462648010/89462648010.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

OLIVEIRA, J. S. de. **Análise descritiva da estrutura querológica de unidades terminológicas do glossário Letras-Libras**. 2015. 425f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

QUADROS, R. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RIBEIRO, T. Ouvintismo estrutural e exclusão social da pessoa surda. **Diversa Educação Inclusiva na Prática**. 2021. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/ouvintismo-estrutural-e-exclusao-social-da-pessoa-surda/>. Acesso em: 6 jan. 2022.

RODRIGUES, C. H. Reflexões sobre o processo de ensinoaprendizagem em turmas de surdos e com surdos. *In.*: SILVA, I. R.; SILVA, M. P. M. **Letramento na Diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2018.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, G. M. da. Interações em sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem da leitura em português no caso de aprendizes surdos. *In.*: SILVA, I. R.; SILVA, M. P. M. **Letramento na Diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2018.

SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: processos e projetos**. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999.

TEIXEIRA, V. G.; BAALBAKI, A. C. F. Novos caminhos: pensando materiais didáticos de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos. **Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 25-36, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26931>. Acesso em: 04 dez. 2022.

Submissão: 16/08/2023. Aprovação: 15/02/2024. Publicação: 20/08/2024.